



ESTADO DE PERNAMBUCO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE  
CNPJ 35.445.485/0001-01

**RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2026**  
**DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Baixa Verde (PE)

**Objeto:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INVENTÁRIO DE BENS PATRIMONIAIS PÚBLICOS MÓVEIS E IMÓVEIS, COM CONFECÇÃO DE PLAQUETAS PARA O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE – PE.

**CONTRATADA:**

**INSIGHTGPC LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 49.834.743/0001-56, sediada na Rua Elias Asfora nº 1195 Primeiro Andar - Bairro Maternidade, cidade de Patos - PB.

Com fulcro no que preceitua o Artigo 72, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/2021 e ao amparo do arrazoadado a seguir alinhado, em consonância com o disposto no Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e documentação apensa, passa-se a tecer comentários acerca das **Razões da Escolha** da empresa **INSIGHTGPC LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 49.834.743/0001-56, sediada na Rua Elias Asfora nº 1195 Primeiro Andar - Bairro Maternidade, cidade de Patos - PB, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INVENTÁRIO DE BENS PATRIMONIAIS PÚBLICOS MÓVEIS E IMÓVEIS, COM CONFECÇÃO DE PLAQUETAS PARA O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE – PE, em conformidade com as exigências e condições técnicas descritas no Edital e seus Anexos, conforme Dispensa Eletrônica nº 001/2026 e Proposta da Contratada.

Preliminarmente, importante ressaltar que para cumprimento do que preceitua a Nova Lei de Licitações e Contratos há que se acrescentar, de forma fundamentada, a razão da escolha da executante do serviço a contratar, tendo como premissa os dispositivos legais pertinentes.

Nesse contexto, vejamos, *ipsis literis*, o que pontifica o art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, cujo teor trata dos procedimentos a adotar para celebração de contratação direta:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de **dispensa de licitação**, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;



ESTADO DE PERNAMBUCO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE  
CNPJ 35.445.485/0001-01

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

**VI - razão da escolha do contratado;**

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

O elenco de procedimentos citados no dispositivo regulamentar acima, estabelece a razão da escolha do contratado como *conditio sine qua nom* para a contratação direta, seja por dispensa ou por inexigibilidade.

Art. 75. É dispensável a licitação:

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; (Vide Decreto nº 11.871, de 2023) Vigência

A presente motivação traz, pormenorizadamente, as razões incontestes que ensejarão a licitude da CONTRATAÇÃO DIRETA DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INVENTÁRIO DE BENS PATRIMONIAIS PÚBLICOS MÓVEIS E IMÓVEIS, COM CONFECÇÃO DE PLAQUETAS PARA O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE – PE, em conformidade com as exigências e condições técnicas descritas no Aviso de Dispensa e seus Anexos, conforme Dispensa Eletrônica nº 003/2025 e Proposta da Contratada.

Imperioso ressaltar, entretanto, que com o advento da nova Lei de Licitações e Contratos – Lei nº 14.133/2021, foram alterados literalmente todos os procedimentos licitatórios, da fase preparatória à celebração do contrato.

Aduz-se a isso, a obrigatoriedade de, nos casos de Dispensa de Licitação fulcrada nos incisos I e II da Lei Federal nº 14.133/2021, se ter os atos publicados antes e depois da decisão.

Antes, portanto, consoante disposto no § 3º do art. 75, para que Administração Pública escolha a proposta mais vantajosa para o Município; depois, entretanto, conforme disposto no § 4º, para o pleno atendimento do controle social. Senão vejamos:

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio



ESTADO DE PERNAMBUCO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE  
CNPJ 35.445.485/0001-01

eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa. (grifo nosso)

§ 4º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente pagas por meio de cartão de pagamento, cujo extrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). (grifo nosso)

Importante registrar, porque oportuno, o fato de que nessas hipóteses de dispensa de licitação não é permitido fragmentar o contrato com o fito de não ultrapassar o valor autorizado, conforme descreve o § 1º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021. Vejamos:

Art. 75 [...] § 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:

I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

Joel Niebuhr<sup>1</sup>, em sua obra Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, pontifica:

Ou seja, não é permitido fragmentar o objeto do contrato, para, em vez de firmar um só, firmar vários, visando esquivar-se da obrigatoriedade de licitação pública, já que, por hipótese, cada parte isoladamente não ultrapassaria o montante máximo previsto para a dispensa. De acordo com a redação do supracitado § 1º do artigo 75 deve-se tomar em conta tudo o que for gasto por cada unidade gestora no mesmo exercício financeiro em relação a objetos que tenham a mesma natureza, entendendo-se como tal objetos do mesmo ramo de atividade. (grifo nosso)

A contratação ora firmada abarca valor único dentro do estabelecido no prefalado inciso II, do Art. 75 da Nova Lei de Licitações e Contratos.

Ademais disso, foram seguidos todos os parâmetros estabelecidos, principalmente os da publicidade, razão pela qual a empresa **INSIGHTGPC LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 49.834.743/0001-56, sediada na Rua Elias Asfora nº 1195 Primeiro Andar - Bairro Maternidade, cidade de Patos - PB, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INVENTÁRIO DE BENS PATRIMONIAIS PÚBLICOS MÓVEIS E IMÓVEIS, COM CONFECÇÃO DE PLAQUETAS PARA O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE – PE, em conformidade com as exigências e condições técnicas descritas no Edital e seus Anexos, conforme Dispensa Eletrônica nº 001/2026 e Proposta da Contratada, está sendo escolhida, mediante participação efetiva do certame e sessão pública conforme estabelecido na norma legal vigente.

Destarte, justificada a razão da escolha do executante, restarão atendidos os pressupostos insculpidos nas normas legais vigentes, mormente o disposto no inciso II do 75, da Lei Federal nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

---

<sup>1</sup> NIEBUHR, Joel de Menezes. Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 2ª ed. Curitiba: Zenit: 2021, p 56



ESTADO DE PERNAMBUCO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE  
CNPJ 35.445.485/0001-01

Por derradeiro, pugnamos pela concretude da contratação, considerando a conjugação do interesse público e a perfeita adequação legal do procedimento.

Santa Cruz da Baixa Verde (PE), 11 de fevereiro de 2026

**ISMAEL QUINTINO LEITE DE SOUZA**  
**PREFEITO**